

# CAPACIDADES ESTATAIS PARA IMPLEMENTAÇÃO DA REDE DE ATENDIMENTO À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA: UM ESTUDO DO MUNICÍPIO DE NATAL/RN

Leticia Danielle Campelo Nunes da Cruz (UFRN)

Lindijane de Souza Bento Almeida (UFRN)

## RESUMO

A área de políticas para as mulheres diante da perspectiva teórico-conceitual das capacidades estatais apresenta lacunas que precisam ser preenchidas. Diante disso, a presente pesquisa tem como pergunta de partida: como a capacidade técnico-administrativa influencia no funcionamento da Rede de Atendimento à mulher em situação de violência no município de Natal/RN? Tem-se como objetivo compreender a influência da capacidade técnico-administrativa do município de Natal/RN para implementação da Rede de Atendimento (RA) voltada à mulher em situação de violência. A abordagem do estudo é de origem qualiquantitativa e se enquadra como um estudo de caso. A pesquisa adota como base de sustentação teórica metodológica o estudo de Pires e Gomide (2016), adaptado com base em Marengo (2017) e Souza (2018). Os resultados apontam para uma rede de serviços que não condiz com a demanda crescente, que se manifesta tanto em quantidade de casos quanto em sua diversidade e na necessidade de qualidade técnica aprimorada. Além disso, a pesquisa enfatiza a necessidade de uma articulação sistêmica entre todos os atores envolvidos. Essa articulação é essencial para garantir um atendimento integral e humanizado às mulheres em situação de violência, promovendo a proteção e a garantia de seus direitos de forma efetiva e digna.

**Palavras-chave:** Capacidades Estatais. Capacidade técnico-administrativa. Violência contra a mulher. Rede de Atendimento.

## RESUMO EXPANDIDO

Com a Constituição Federal de 1988 um conjunto de atribuições e competências de implementação de políticas públicas foram transferidas para níveis subnacionais de governo, em especial, os municípios. Esse processo, no entanto, não foi acompanhado de uma construção de capacidade financeira, técnica ou administrativa para que os entes municipais pudessem gerir as novas responsabilidades. Ao verificar a área de políticas para as mulheres é possível destacar que os normativos de enfrentamento à violência contra a mulher requerem o cumprimento da competência de cada ente estatal, ou seja, o trabalho articulado entre atores do nível nacional, estadual e municipal, materializado pela gestão em rede, que, traduz-se em Rede de Atendimento (RA). A RA além de ampliar a autonomia de cada ente subnacional a partir da interdependência dos diversos atores e setores para atuar sobre o problema, especialmente os municípios, levanta o questionamento sobre essa descentralização de responsabilidades e quais as condições dos entes subnacionais para isso. Uma forma de olhar essas condições é através dos estudos de capacidades estatais. As capacidades estatais possibilitam a resolução eficaz dos problemas ligados à implementação de políticas públicas. A área de políticas para as mulheres diante dessa perspectiva teórico-conceitual apresenta lacunas que precisam ser preenchidas.

Para tanto, a presente pesquisa tem como pergunta de partida: como a capacidade técnico-administrativa influencia no funcionamento da Rede de Atendimento à mulher em situação de violência no município de Natal/RN? Isto posto, tem-se como objetivo geral compreender a influência da capacidade técnico-administrativa do município de Natal/RN para implementação da Rede de Atendimento (RA) voltada à mulher em situação de violência. Como objetivos específicos definiu-se: a) investigar como se organiza institucionalmente a Rede de Atendimento (RA) no município de Natal/RN; b) investigar os instrumentos de coordenação intragovernamental e os procedimentos de monitoramento de implementação da RA no município; c) identificar os recursos humanos, financeiros e tecnológicos disponíveis para implementação da RA; d) compreender o processo de capacitação dos agentes públicos; e e) compreender a percepção dos gestores sobre a capacidade técnico-administrativa da RA. Quanto à abordagem do estudo este é de origem qualitativa e se enquadra como um estudo de caso. Para tanto, a pesquisa adota como base de sustentação teórica metodológica o estudo de Pires e Gomide (2016), adaptado com base em Marengo (2017) e Souza (2018).

Os resultados da pesquisa apontam alguns avanços notáveis na cidade de Natal/RN no que diz respeito à Rede de Atendimento à mulher em situação de violência. Entre as conquistas, destacam-se a criação da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres (SEMUL), uma iniciativa fundamental que centraliza e fortalece a gestão das políticas públicas voltadas para as mulheres. Outro avanço importante foi a implementação da Patrulha Maria da Penha (PMP), um serviço especializado que visa oferecer proteção e acompanhamento às mulheres em risco, reforçando as medidas protetivas. Essas ações representam passos importantes na estruturação de um sistema de atendimento mais abrangente e especializado.

No entanto, a pesquisa revelou que, a capacidade técnico-administrativa da Rede de Atendimento em Natal/RN é marcadamente influenciada por desafios estruturais significativos. Esses obstáculos comprometem a eficácia, a qualidade e a integralidade do atendimento oferecido às mulheres. Os principais desafios identificados foram: Déficit de Recursos Humanos; Recursos Financeiros Limitados; Recursos Tecnológicos Insuficientes ou Obsoletos; Infraestrutura Inadequada; Coordenação Intragovernamental Fragmentada; Monitoramento Precário da Implementação.

A percepção dos gestores municipais corrobora com esses achados, reforçando a gravidade da situação. Eles apontam que os serviços da Rede de Atendimento não condizem com a demanda crescente, que se manifesta tanto em quantidade de casos quanto em sua diversidade e na necessidade de qualidade técnica aprimorada. Essa disparidade entre a oferta e a demanda evidencia lacunas significativas na integralidade da assistência. A mulher em situação de violência precisa de um atendimento que abranja aspectos jurídicos, psicossociais, de saúde e de abrigo, de forma coordenada e contínua, algo que, atualmente, é deficiente.

Em síntese, a superação desses obstáculos estruturais exige um esforço coordenado e multifacetado. É fundamental que haja investimento contínuo em todas as áreas identificadas como deficientes, desde recursos humanos e financeiros até tecnologia e infraestrutura. Além disso, é crucial um planejamento estratégico de longo prazo, que defina prioridades, metas claras e ações concretas para aprimorar a Rede de Atendimento. Por fim, a pesquisa enfatiza a necessidade de uma articulação genuína e sistêmica entre todos os atores envolvidos. Isso inclui órgãos governamentais, sociedade civil, instituições de justiça e outros parceiros. Essa articulação é essencial para garantir um atendimento integral e humanizado às mulheres em situação de violência, promovendo a proteção e a garantia de seus direitos de forma efetiva e digna.

## **REFERÊNCIAS**

MARENCO, A.; STROHSCHOEN, M. T. B.; JONER, W. Capacidade estatal, burocracia e tributação nos municípios brasileiros. *Revista de Sociologia e Política*, v. 25, n. 64, p. 3-21, 2017.

PIRES, R. R. C.; GOMIDE, Alexandre A. Governança e capacidades estatais: uma análise comparativa de programas federais. *Revista de Sociologia e Política*, v. 24, nº. 58, 2016, pp. 121-143.

SOUZA, Celina. *Federalismo e Capacidades Estatais: o papel do estado-membro na política de Assistência social*. 2018.